

## **SEXTECH, PLATAFORMIZAÇÃO E OS DESAFIOS DE UMA ONTOLOGIA DO SEXO VIRTUAL\***

SEXTECH, PLATFORMIZATION AND THE CHALLENGES OF AN ONTOLOGY OF VIRTUAL SEX

Mariana Paolozzi\*\*  
Marcus Vinícius de Souza Nunes\*\*\*

### RESUMO

O artigo explora a intersecção entre tecnologia, sexualidade e ontologia na cultura digital contemporânea. A modernidade ocidental baseou-se em uma separação radical entre sujeitos e objetos, modelo que se mostra insustentável face às críticas decoloniais e aos estudos sociais da ciência e tecnologia. A pesquisa em ontologia busca, então, novas formas de compreender as relações entre atores humanos e não-humanos, impulsionada pela crise da representação política e pelo capitalismo autodestrutivo. O objetivo central é examinar outras ontologias a partir das demandas específicas da cultura digital, focando nas novas formas de experiência sexual mediadas pela plataformação digital. Para isso, a pesquisa utiliza a Teoria Ator-Rede como enquadramento metodológico e Teoria Queer como premissa de suspeita sobre a coerência ontológica dos sujeitos. A pesquisa destaca a condição “impura” do sexo, nunca exclusivamente orgânico, e como a subjetividade se realiza através de redes técnicas. Contudo, o sextech revela uma mudança de paradigma na construção dos afetos e na negociação dos desejos, impulsionado pela lógica da indústria capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** sextech; cultura digital; ontologia; teoria Ator-Rede; teoria queer.

### ABSTRACT

The paper explores the intersection between technology, sexuality, and ontology in contemporary digital culture. Western modernity was based on a radical separation between subjects and objects, a model that proves unsustainable in the face of decolonial critiques and social studies of science and technology. Research in ontology seeks, then, new ways of understanding the relationships between human and non-human actors, driven by the crisis of political representation and self-destructive capitalism. The central objective is to examine other ontologies based on the specific demands of digital culture, focusing on new forms of sexual experience mediated by digital platformization. To do this, the research uses Actor-Network Theory as a methodological framework and Queer Theory as a premise of suspicion about the ontological coherence of subjects. The research highlights the “impure” condition of sex, never exclusively organic, and how subjectivity is realized through technical networks. However, sextech reveals a paradigm shift in the construction of affections and the negotiation of desires, driven by the logic of capitalist industry.

**KEYWORDS:** sextech; digital culture; ontology; actor-network theory; queer theory.

---

\* Artigo recebido em 13/05/2025 e aprovado para publicação em 10/06/2025.

\*\* Doutora e mestra em Filosofia pela Unicamp. Graduada em Filosofia pela USP. Professora associada da UFSC. E-mail: [marianapaolozzi@gmail.com](mailto:marianapaolozzi@gmail.com).

\*\*\* Doutor em Educação pela UDESC. Mestre em Educação e graduado em Filosofia pela UFSC. Estágio de Pós-Doutorado em Tecnologia e Inovação pela UFSC. Professor Colaborador no Departamento de Educação Científica e Tecnológica da UDESC. Email: [mvinicius.snunes@gmail.com](mailto:mvinicius.snunes@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A pesquisa contemporânea em ontologia acolhe no interior da Filosofia debates em que o modelo tardio de cientificidade se encontra aliado à crise da representação política e à forma autodestrutiva do capitalismo. A ontologia moderna, que pressupunha essa clara separação entre o sujeito, senhor de si e racional, e os objetos que ele manipula, parece não dar conta da complexidade de relações entre atores humanos e não-humanos que se tem assistido nesse período da história, que, entre outros nomes, pode também ser chamado de cultura digital. O presente artigo se propõe a olhar para outras formas de ontologia a partir de uma demanda bem específica da cultura digital: novas formas de experiência sexual mediadas por tecnologias da informação e da comunicação.

O caminho percorrido ocorre da seguinte forma: na primeira parte do artigo se analisam alguns elementos de uma ontologia construída a partir da Teoria Queer. Ontologia à qual se nomeia aqui como uma espécie de materialismo especulativo. Se em uma primeira fase do pensamento queer, sobretudo na obra de Judith Butler, dava-se especial destaque ao caráter discursivo e performativo do gênero e da sexualidade, o que lhe valeu inclusive contínua crítica, em uma fase mais recente, na obra de Paul B. Preciado e também de Butler, se destaca o caráter tecnológico de intervenção nos corpos. Sexo e gênero permanecem incomensuráveis e incoerentes, mas é possível rastrear práticas de intervenção que ou tentam sustentar a norma política do gênero na modernidade ocidental, ou hackeiam essa mesma norma<sup>1</sup>.

Entretanto, para além da Teoria Queer, existem possibilidades ontológicas de explorar a interação entre atores humanos e suas tecnologias que extrapolam os âmbitos de gênero e de sexualidade. Na segunda parte do artigo, a Teoria Ator-Rede (TAR), como desenvolvida por Bruno Latour, oferece um instrumental teórico para pensar a intrínseca pluralidade ontológica do real para além das ações performativas que questionam certa normatividade. A TAR permite perceber que mesmo a suposta coerência ontológica da modernidade é produto de processos de hibridização nos quais os atores humanos se produzem a si mesmos como sujeitos que se afirmam autossuficientes apenas na interação com suas tecnologias.

---

<sup>1</sup> É importante destacar que já no início da década de 1990 há conceitos que operam no sentido de pensar o gênero como tecnologia política, sobretudo na obra de Teresa de Laetis. Entretanto, é em Preciado que a intervenção farmacológica, médica, tecnológica, a criação de gadgets sexuais de todo tipo receberá destaque na teoria.

A terceira parte do artigo faz a análise do fenômeno “sextech”. A experiência sexual extrapola o contato entre atores humanos. Robôs, jogos virtuais, plataformas digitais, inteligência artificial, gadgets de todo tipo transformam o modo de se obter prazer sexual naturalizando interações com a máquina. Nessa seção se analisa principalmente a plataforma ‘Future of Sex’, que reúne informações e acesso a produtos que popularizam o fenômeno “sextech”.

## 1 TÃO QUEER QUANTO POSSA: SEXO, TECNOLOGIA E ONTOLOGIA

Se no início da década de 1990, com *Problemas de Gênero* (2015), de Butler, a Teoria Queer se organizava em torno da análise dos efeitos performativos do discurso, já nos anos 2000, com *Corpos que Importam* (2019), começa a dar mais atenção às intervenções tecnológicas no corpo como uma espécie de resto real do sexo-gênero

Há, contudo, uma falha na Teoria Queer, tal como elaborada por Butler, que pouco a pouco foi sendo reparada. Onde estava a descrição sobre a manipulação dos corpos e das intervenções que o regulam e o modificam? Onde estava a tecnologia médica, a intervenção cirúrgica, a moda, as tecnologias de informação e de comunicação, a relação com a maquinaria que define limites ao corpo?

Butler fez esse movimento em algumas de suas obras. Ao refletir sobre o luto como categoria política, a autora destaca que ser passível de ser lamentado, a possibilidade de chorar a morte ou violência sobre um corpo, é algo que se determina a partir do enquadramento dado a este corpo. Enquadramento é uma categoria que carrega uma multiplicidade de sentidos: é um termo jurídico, epistemológico, político, comunicacional. Em *Quadros de Guerra* (2018b), Butler destaca o papel das mídias tradicionais, como a televisão e os jornais, na produção de comoção seletiva. Um corpo racializado, assassinado em uma periferia, não causa a mesma comoção do que a morte de um corpo que contempla todos os quesitos da norma política: branco, ocidental, central, masculino ou feminino nos padrões esperados.

Esse mesmo enquadramento midiático que produz a comoção seletiva, pode, entretanto, colaborar na construção de condições materiais para a ação política. Em *Corpos em Aliança e a Política das Ruas* (2018a), Butler afirma que um corpo é inseparável das mídias que o produzem. Movimentos de massa pressupõem não só ocupar o espaço público, mas criar as condições para essa ação:

Os suportes materiais para ação não são apenas parte da ação, mas são também aquilo pelo que lutamos, especialmente nos casos em que a luta é por alimento, empregabilidade, mobilidade e acesso às instituições. Para repensar o espaço de aparecimento a fim de entender o poder e o efeito das manifestações públicas do nosso tempo, precisamos considerar mais de perto as dimensões corporais da ação, o que o corpo requer, e o que o corpo pode fazer, especialmente quando devemos pensar sobre os corpos juntos em um espaço histórico que sofre uma transformação histórica em virtude de sua ação coletiva (Butler, 2018a, p. 83).

Esse espaço histórico de transformação coletiva é formado por tecnologias que desafiam a própria noção de espacialidade. A tal ponto que na era da cultura digital, entendida como momento da história em que a circulação de dados pela internet é a sua característica principal, a própria noção de democracia é colocada em jogo (Di Felice, 2020). Vale notar que ainda que Butler destaque que o sujeito é constituído em um conjunto de alianças consigo mesmo, e que ela adote certa posição psicanalítica em que a subjetividade é constituída pelas suas fraturas, a autora ainda não avançou na análise dos determinantes tecnológicos da posição ser sujeito.

Tal análise é empreendida por Paul B. Preciado. Em *Manifesto Contrassexual* (2017) Preciado reconhece a sexualidade também como uma experiência produzida industrialmente. O sexo heteronormativo faz parte de um sistema produtivo. A contrassexualidade proposta por Preciado é um conjunto de práticas que põem em questão e subvertem as tecnologias utilizadas na produção do corpo normalizado. “A tecnologia sexual é uma espécie de mesa de operações abstrata, na qual se leva a cabo o recorte de certas zonas corporais como órgãos” (Preciado, 2017, p. 127). O autor destaca que para além da genitália, o corpo todo pode e deve ser pensado como sexual. Não fazer isso reduz a experiência do sexo à forma heterossexual reconhecida como normativa.

Os gadgets sexuais analógicos, como o dildo, perturbam o limite do corpo. É estabelecida uma tensão entre o corpo como uma unidade ontológica reconhecível a partir da carne, isto é, do orgânico e as múltiplas possibilidades de borrar esses limites.

[...] o dildo coloca em questão a ideia de que os limites da carne coincidem com os limites do corpo. Perturba, desse modo, a distinção entre sujeito sensível e objeto inanimado. Uma vez que pode se separar, resiste à força com que o corpo se apropria do prazer para si, como se este fosse algo que viesse do próprio corpo. O prazer que busca o dildo pertence ao corpo só na medida em que é reapropriação, só porque este está “preso”. O dildo coloca a questão da morte, da simulação e da falsidade no sexo. Inversamente, obriga a interrogar-se sobre a vida, a verdade e a subjetividade no sexo. O dildo que goza sabe que o prazer (todo prazer sexual) nunca é dado ou tomado, que nunca está ali, que nunca é real, que é sempre incorporação e reapropriação (Preciado, 2017, p. 87).

Equalizar os limites da corporeidade como experiência subjetiva com os limites da carne, enquanto totalidade orgânica, é uma pressuposição ontológica que não encontra respaldo. Parte da experiência do prazer como supostamente dada na individualidade autocentrada do sujeito. Essa ontologia desconsidera a materialidade das relações com os objetos que produzem o prazer. O dildo, em Preciado, é metáfora de um deslocamento ontológico muito maior, de uma espécie de paralaxe na qual ao olharmos do ponto de vista do objeto percebemos o quanto ele desempenha um papel fundacional na própria subjetividade.

Não se trata, todavia, de uma ontologia orientada aos objetos tal como encontramos em formas de realismo especulativo contemporâneo. Mas é uma forma de materialismo especulativo no qual só é possível descrever o sujeito ao deslocar-se a ontologia para uma descrição das tecnologias que produzem dialeticamente a subjetividade: um sujeito que se produz no uso dos objetos que cria.

Seria reducionista, entretanto, reconhecer que todo singular ator humano tem a mesma possibilidade de reapropriar-se do seu prazer a partir do retorno do objeto. Não se pode dispensar aqui um amplo conceito de alienação. Obviamente, na estrutura de produção do capitalismo tardio, certos indivíduos detêm um poder econômico e político que determina as formas de relação com os objetos. Não à toa, a contrassexualidade de Preciado aparece em um manifesto, numa tentativa de organização política. A estrutura ontológica mesma exige uma possibilidade de interação, que é apropriada pelo capitalismo como sistema de alienação da produção.

As formas de dominação exercidas na atual sociedade capitalista se sofisticaram. Em termos foucaultianos, passamos de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. Preciado adota essa perspectiva para descrever como o domínio da sexualidade se expressa em uma biopolítica farmacopornográfica. Pornopoder e farmacopoder são estratégias do capitalismo global para, dominando a sexualidade, controlar a ação política dos sujeitos. O farmacopoder funciona como um panóptico. Mas se o panóptico de Bentham, descrito por Foucault, era um dispositivo disciplinar, em que o poder era exercido imaginariamente desde fora sobre um sujeito que se sente o tempo todo observado, na biopolítica farmacopornográfica ele é ingerível (Preciado, 2018).

Na fronteira mais distante do mesmo tráfico, movendo-se do espaço doméstico para a colônia, programas endocrinológicos de controle de natalidade e produção de gênero passaram a mirar o corpo racializado, circulando inicialmente pelo comércio de escravos e, depois, pelos espaços urbanos segregados – e também pelos corpos

“deficientes” ou com “desvio sexual”. Como veremos, a maioria dos testes clínicos com hormônios sexuais são feitos em cenários coloniais, em instituições psiquiátricas (onde corpos homossexuais, intersexuais e transexuais, considerados física ou mentalmente doentes, são submetidos a procedimento endocrinológicos ou cirúrgicos) e em penitenciárias e instituições correcionais até os hormônios, produzidos e concebidos como bens de consumo, acabarem sendo absorvidos todos os dias no espaço doméstico heterossexual norte-americano (Preciado, 2018, p. 186-187).

Para além de se considerar os possíveis benefícios da pílula anticoncepcional ou da molécula Sildenafil, o que está em jogo é que o avanço dessas tecnologias foi feito como parte de estratégias de dominação colonial. A biopolítica é molecular, invadindo os corpos como resultado de um domínio autogestionado. Mas há uma pressuposição ontológica ainda mais importante em questão: a de que a sexualidade, e a corporeidade fundada sobre esta, não é um dado natural, mas o resultado de um arranjo de intervenções. A molécula de Sildenafil, desenvolvida para aumentar a potência “masculina”, é na verdade uma tecnologia de afirmação de certos padrões da heterossexualidade ocidental moderna. Esse corpo heterossexual presumido como normal em relação aos “corpos desviantes” precisa ser o tempo todo delimitado e reafirmado. Nisso, uma verdade oculta do sujeito vem à tona: o mero caráter orgânico da carne não define o corpo e a simples corporeidade não garante o sujeito.

A própria noção de uma interioridade autossuficiente e uma exterioridade na qual o indivíduo age livre e voluntariamente é colocada em xeque. Esses limites são fabricados e desmontados a todo tempo pelas tecnopolíticas de domínio. É isso que Preciado define sob a noção de pornopoder: “um dispositivo para publicação do privado” (Preciado, 2018, p. 282). Um dispositivo que se tornou muito mais eficiente com o advento da cultura digital. As tecnologias de comunicação e de informação, com o advento da internet, permitiram formas de expressão da vida privada que a transformam em capitalização e indústria, ou seja, o espaço pressuposto na modernidade de privacidade e familiaridade é ele mesmo tornado parte de um sistema produtivo mais amplo.

A pornografia é a sexualidade transformada em espetáculo, em virtualidade, em informação digital. É a sexualidade transformada em representação pública, em que pública implica direta ou indiretamente tornar-se “comercializável”. Dada as condições do capitalismo pós-fordista, uma representação pública implica uma capacidade de troca no mercado global em formato digital que pode ser transformado em capital. A representação adquire o status de pornografia quando transforma em “público”, aquilo que supostamente deveria permanecer em privado (Preciado, 2018, p. 281).

A indústria pornográfica explora aquilo que é uma verdade sobre o sexo e a sexualidade, que é o seu caráter performativo. Sexo é performance. Performance, a palavra acolhida pelo capitalismo financeiro para descrever a produtividade. Para Preciado, não se trata de que o sexo foi descaracterizado porque foi transformado em trabalho. Há sempre um trabalho sexual. O que está em jogo é o caráter pornográfico do trabalho sexual no capitalismo. A digitalização da informação se torna a digitalização do sujeito, que precisa publicizar toda e qualquer performance e se submeter à avaliação constante da sua produtividade. Assim como a performance medíocre de um ator pornô não vende, todo trabalhador se reduz àquilo que ele pode vender de si. Não só a sua força de trabalho, mas a espetacularização de sua subjetividade.

É preciso demarcar que para Preciado não são as tecnologias em si mesmas que devem ser combatidas. A ação fundamental é a crítica do uso tecnopolítico feito pelas grandes corporações e por determinados Estados nacionais, aqueles que exercem a política colonial feita em benefício dos detentores do capital. Preciado, ao contrário, pressupõe o uso hacker dessas tecnologias. Usar a tecnopolítica contra os detentores do poder. Por isso uso autoadministrado de hormônios que Preciado faz, descrito no livro *Testo Junkie* (2018). Que um sujeito precise de tecnologias para a produção da sua própria subjetividade não é um problema. mas premissa ontológica. O problema é que uns poucos dominem essas tecnologias para um uso e controle que é molecular e informacional, que manipula a constituição orgânica e a imagem digital dos sujeitos, reduzindo-os a indivíduos que são explorados em todos os níveis da sua existência.

## **2 ONTOLOGIA EM REDE: MULTIPLICANDO OS ATORES**

Não seria interessante que ao construir uma ontologia se levasse em conta essa multiplicidade de agentes do real? É essa a aposta ontológica de Bruno Latour com a Teoria Ator-Rede. Em algumas partes da sua obra chama essa metodologia também de “metafísica empírica”. Embora em um primeiro momento a obra de Latour vise descrever as inconsistências teóricas das ciências sociais, o autor extrapola suas conclusões para a epistemologia e para ontologias que não pressupõem a coerência metafísica da modernidade: uma suposta consistência do sujeito contraposto aos objetos que esse sujeito manipularia e controlaria.

Entre várias formas possíveis de adentrar à obra de Latour, o livro *Reagregando o social, uma introdução à teoria do Ator-Rede* (2012), que funciona como uma espécie de manual da TAR, é uma opção didática.

Na obra o problema em questão é como é possível uma passagem da Sociologia tradicional, focada na descrição de fatos sociais já instituídos, para uma Sociologia das Associações, que visa descrever o processo de formação dos coletivos. Ou seja, o que está em jogo é tomar os atores ditos “sociais” não como entidades já dadas, mas como um processo de formação ontológica que precisa ser percorrido e mapeado nas suas inter-relações.

[...] podemos permanecer fiéis às intuições originais das ciências sociais redefinindo a sociologia não como a ‘ciência do social’, mas como a **busca de associações**. Sob este ângulo, o adjetivo ‘social’ não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim um **tipo de conexão** entre coisas que não são, em si mesmas, sociais (Latour, 2012, p. 23, grifos nossos).

Essa “busca de associações” é diferente da interpretação dos fatos sociais da Sociologia moderna. É também oposta a uma ontologia que se pretende descritiva, mas que acaba funcionando como uma rígida taxonomia que separa sujeitos, sempre considerados como humanos capazes de ação e de responsabilidade, autossuficientes e individuais, dos objetos, sejam eles técnicos, animais ou a própria “natureza”, considerados inertes e passivos. Tudo aquilo que uma descrição social tradicional não levaria em consideração, como instrumentos, ferramentas, próteses, todas essas interações com não humanos, são o foco da TAR. Tudo o que aparece na ação dos atores, todas as relações que o pesquisador evidencia, fazem parte de uma preocupação ontológica que não pode ser descurada.

Tanto a ontologia quanto a pesquisa social são convidadas a abandonar as suas certezas e mover-se através das incertezas que compõem o que se costuma compreender como o campo social e a ontologia que lhe dá suporte. Latour apresenta cinco fontes de incerteza que devem ser consideradas pelo pesquisador: a formação de grupos, que precede o grupo constituído; a origem da ação; a ação dos objetos; as relações entre questões de fato e questões de interesse; a escrita do relato como uma fonte de risco.

A premissa que antecede essas incertezas é que a TAR não está preocupada em descrever objetos ou sujeitos já instalados, mas sim em descrever seu processo de instauração. É o que o filósofo chama “alimentar-se de controvérsias” (Latour, 2012, p. 41). Abandonam-se as listas de “atores, métodos e domínios já considerados membros da esfera social” (Latour, 2012, p. 42, grifo nosso) em favor de permitir que novos atores surjam, ocupem seu

espaço. Isto porque, para Latour, não cabe ao pesquisador reordenar os sujeitos estudados de maneira que sejam transportados para dentro da teoria social sem levar em conta suas particularidades. Ao contrário, “a tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não aos analistas” (Latour, 2012, p. 44).

Mas o que é um ator? Ator, ou actante<sup>2</sup>, é todo aquele que age, que faz algo em uma determinada rede e que não pode ser substituído por outro: “Se quero ter atores no meu relato, eles precisam fazer coisas, não ficar no lugar de outros; se fazem alguma coisa, fazem também alguma diferença” (Latour, 2012, p. 222).

Atores não são agentes humanos. A terceira fonte de incerteza destaca que também os não-humanos tomam parte no curso da ação. A técnica, os instrumentos, as instituições, a linguagem, tudo que desempenha algum papel na ação que é seguida pelo pesquisador é um ator que também deve ser descrito para que o relato seja o mais completo e acurado possível.

É importante destacar um princípio metodológico geral da TAR: a questão da metalinguagem. Na pesquisa social tradicional o analista entende que seu papel é transformar a linguagem confusa e pouco ordenada dos atores na linguagem técnica da ciência, produzindo “termos precisos, bem escolhidos e sofisticados para exprimir aquilo que dizem o que os atores dizem” (Latour, 2012, p. 52).

Na realidade, não só a ciência possui sua metalinguagem, como os atores também possuem sua metalinguagem própria, que usam para descrever o modo como entendem o curso de sua ação no mundo. O analista social não pode, por conseguinte, monopolizar o discurso, produzindo um relato que queira explicar para os próprios atores o que eles dizem de si mesmo. A tarefa do analista é ‘infralinguística’, isto é, usar um “vocabulário mais geral, mais banal e mesmo mais vulgar, pois assim não corre o risco de confundi-lo com o idioma tão prolífico dos próprios atores” (Latour, 2012, p. 52). É a isso que Latour (2012, p. 53) chama “infralinguagem” da Pesquisa Social.

---

<sup>2</sup> É preciso observar que no decorrer de sua obra, Latour se move de uma diferenciação entre os dois termos para uma indiferenciação e um posterior abandono do termo ator em favor do termo actante. Isso se adequa a uma característica intrínseca da TAR que é favorecer uma infralinguagem instrumental em detrimento de uma metalinguagem que se pretende exaustiva em sua descrição. Em certo sentido, a TAR funciona como uma teoria fraca, uma forma de ontologia que permanece especulativa, mas que não pretende esgotar o real na sua própria sistematização. Por isso, há possíveis aproximações da TAR com outras ontologias contemporâneas, como o realismo especulativo ou o materialismo especulativo. O real permanece como um resto não totalmente assimilável da linguagem da teoria. Ou dito de outra forma, o real é tão intrinsecamente plural que toda tentativa de sistematização é sempre parcial. O ganho de uma teoria fraca neste caso está em reconhecer que há modos possíveis de ser no mundo que ainda não ganharam voz e que necessitarão de uma posterior elaboração teórica.

Ao romper essa dicotomia entre a linguagem da ciência e a linguagem que os atores têm de si mesmos, a TAR está apta a reconhecer que no lugar das estâncias formações sociais, a classe, o indivíduo, as relações sociais, existe um complexo trabalho de mediações que sustenta a formação dos grupos, a ação de humanos e não-humanos neles, ação esta oriunda das mais diversas fontes.

Quando se reconhece que em cada caso uma mídia social pode desempenhar um papel diferente, influenciando a maneira que os atores humanos agem, participando no curso de sua ação de maneira insubstituível, levando a certos efeitos observáveis aqui que não poderiam ser observados acolá, o pesquisador é remetido a tratá-las como verdadeiros mediadores. Já não é previsível o que delas pode sair, mas apenas pela observação minuciosa das ações que lhe seguem é que se pode descrever a ação dos atores com elas envolvidos.

É nesse sentido que o relato em pesquisa social se torna tão complexo e tão cheio de riscos. Pode fazer vir à luz toda essa complexa rede de conexões, essas mediações, a agência dos mediadores, ou pode obliterar tudo isso, reduzindo-se a um serviço de transporte: deforma as particularidades das metafísicas dos atores, reenquadrando-os em uma ontologia já pronta, que descreve o social como social, em uma contínua redundância. Assim, “o texto, em nossa definição de ciência social, versa, portanto, sobre quantos atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social” (Latour, 2012, p. 189).

Para registrar-se algo como actante em um relato é preciso que este faça a diferença, pois “um ator que não faz diferença não é um ator” (Latour, 2012, p. 191). Dito de outra maneira, o ator é aquele que de fato desempenha uma agência. Em uma pesquisa sobre mídias sociais, por exemplo, a mídia só é um ator se de fato sua mediação é indispensável para instauração daquela rede na forma em que é instaurada. Se a mídia é apenas representada como um lugar que transporta ações do “mundo social” para o transporte digital sem efeito sobre os atores que nela interagem, ela perde seu papel como ator no relato que é feito.

O pesquisador deve aprender a registrar tudo o que importa para a sua pesquisa. Não pode deixar passar qualquer informação que possa desempenhar algum papel importante, com o risco de perder a ação dos mediadores. Por isso, Latour faz a sugestão da divisão da pesquisa em “quatro cadernos”: um o diário da própria pesquisa; outro que reúna informações em ordem cronológica, facilmente recuperáveis; um terceiro para registros *ad libitum*, das coisas que espontaneamente brotam da pesquisa, como as impressões do próprio pesquisador, explicações possíveis, abstrações; e um quarto caderno, que visa a relatar os efeitos do relato do pesquisador sobre os próprios atores pesquisados.

Talvez seja decepcionante ao leitor constatar que as grandiosas questões de formação de grupos, ação, metafísica e ontologia, passadas em revista até agora, têm de ser abordadas com recursos não mais grandiosos que pequenos cadernos mantidos durante todo o procedimento artificial do trabalho de campo e das pesquisas. Mas, já adverti o leitor: não há nada mais gratificante do que isso e não se pode ir mais depressa (Latour, 2012, p. 197).

Mas, é justamente isso o que significa ouvir a metafísica dos próprios atores, a forma como elaboram sua própria percepção do real, isto é, não reduzir forçadamente a sua experiência a categorias pré-determinadas. Mediações, mediadores, conexões, conectores, articuladores, uma série de termos que ocupam lugares semânticos próximos e que aparecem na TAR para indicar sua “verdade” mais própria: é preciso seguir o fio dos atores e das ações, humanos e não-humanos nas suas relações, para percebermos como um determinado grupo se forma, se associa.

Esses fios, contudo, não se conectam “pacificamente”. Todo processo de instituição de coletivos (Latour, 2012), de verificação em modos de existência (Latour, 2019a) e mesmo de instituição de fatos e verdades científicas (Latour, 2011, 2017, 2019b) passa por um intenso período de controvérsias.

Uma controvérsia não é algo a ser evitado, tampouco algo a ser produzido pelo analista social (Latour, 2012). Na interação dos atores ocorrem dissensos e consensos, ruídos e linguagem comum. Todos esses são elementos que precisam ser levados em consideração durante a análise. Por isso Latour passa de uma simples “Sociologia do Social”, que toma o fato social como realidade dada e categoria explicativa para uma ‘Sociologia das Associações’, na qual se indica que o que a Pesquisa Social descreve são processos de formação de grupos, processos de formação de coletivos.

Nesse caso, deve-se abandonar a “tentação” da Sociologia clássica de remeter determinados conjuntos de ações e atores a categorias já instituídas (a Família, a Escola, o Partido, a Nação) e alimentar-se das controvérsias que os próprios atores produzem.

[...] em lugar de assumir uma postura sensata e impor de antemão um pouco de ordem, a [TAR] se considera mais capaz de vislumbrar a ordem **depois** de deixar os atores desdobrarem o leque inteiro de controvérsias em que se meteram. É como se disséssemos aos atores: “Não vamos tentar disciplinar vocês, enquadrá-los em nossas categorias; deixaremos que se atenham a seus próprios mundos e só então pediremos sua explicação sobre o modo como os estabeleceram”. A tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. É por isso que para recuperar certo senso de ordem, a melhor solução é rastrear conexões **entre** as próprias controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las (Latour, 2012, p. 44, grifos nosso).

A TAR toma o coletivo como formado pelas controvérsias, limitando-se metodologicamente e produzir o melhor relato possível sobre o modo como se produziram. É o procedimento que Latour aplica ao longo de sua pesquisa em Sociologia da Ciência. Tome-se por exemplo *Ciência em ação, como seguir cientistas e engenheiros sociedades afora* (2011). No livro, Latour opõe as “caixas-pretas” às controvérsias para mostrar como a certeza dos fatos científicos é, na realidade, o resultado de longo processo de questionamentos em torno seja dos dados apresentados, seja dos procedimentos implementados.

A metáfora da caixa-preta Latour toma da cibernética em que a expressão é usada “sempre que uma máquina ou conjunto de comandos se revela complexo demais” (Latour, 2011, p. 4). Um fato científico aceito por uma comunidade de pesquisadores de uma área, como por exemplo, “a estrutura do DNA tem estrutura de dupla hélice” não é, como uma epistemologia das ciências ingênua poderia levar a crer, apenas a constatação de um dado da natureza. Sem o laboratório, sem a infinidade procedimentos técnicos, sem os inúmeros experimentos para refutar ou verificar a hipótese, a afirmação permaneceria sem sentido. É apenas porque “**o status de uma afirmação depende das afirmações ulteriores**” (Latour, 2011, p. 40, grifos nosso) que uma hipótese científica se institui como um fato. É na replicação das controvérsias, no jogo retórico do discurso científico, que uma caixa-preta é montada, isto é, um fato científico é estabelecido como uma premissa replicável em outras pesquisas. A “tecnociência”, essa forma de saber que alia ciência e tecnologia, é o modo de saber em que “a construção de fatos e máquinas é um processo **coletivo**” (Latour, 2011, p. 43, grifo nosso).

Assim, atualmente, nenhum biólogo molecular começa sua pesquisa questionando se o DNA tem estrutura de dupla hélice ou não. É um fato assentado, uma caixa-preta. Mas assim o é porque foi o resultado de um jogo de operações retóricas. Aqui, segundo Latour (2011, 2017) deve-se fugir à oposição da epistemologia clássica, herdada desde a Antiguidade grega, que opõe o discurso da ciência à simples retórica. A “episteme” (ciência) visaria a descrição da verdade dos fatos tais como a Razão os intui. A Retórica, discurso belo sem apego à verdade, visaria os sentidos e convencimento. Um é o campo da metafísica da natureza, outro o campo do político. Para Latour, essa separação não se sustenta. Existiria apenas uma distinção entre uma boa e uma má Retórica: uma agrega aliados em torno de suas afirmações, ampliando cada vez mais as redes pelas quais suas operações circulam, dos “fatos” naturais às políticas públicas de ciência, dos laboratórios aos mercados; a má retórica é incapaz de agregar outros atores na sua rede.

Mapear as controvérsias é seguir a ação dos atores, seja nas suas interações seja enquanto porta-vozes de outros atores. Porta-vozes podem ser tantos os cientistas da natureza que assumem a fala em nome do objeto que estudam, quanto os atores humanos na interação com outros atores humanos. A noção advém da ideia de considerar os coletivos que a pesquisa analisa como “uma assembleia de seres **capazes de falar**” (Latour, 2019b, p. 107, grifos nosso). Essa assembleia, por sua vez, é condição de possibilidade de cartografar-se o coletivo. De alguma maneira os atores se reúnem e interagem, de algum modo se busca formar um coletivo. É isso que a TAR descreve.

Ao analisar o fenômeno sextech não se pode considerá-lo como um mero fato dado. Ou seja, não se pode apenas focar a relação de humanos com tecnologias que modificariam um pretense fato natural chamado “sexo”. Trata-se antes de descrever e mesmo imaginar possíveis formas de subjetividade que se constroem na inter-relação entre atores humanos e não-humanos. Sob esta perspectiva, todo “sex” é sempre “tech”. Se Preciado formula o sexo como algo eminentemente fraturado e protético, Latour possibilita estender tal constatação para uma ontologia das formas de interação entre agentes humanos e não humanos para além do sexo.

### 3 SEXTECH

Quais seriam os possíveis caminhos do prazer e dos novos modos de relacionamento? De imediato nos perguntamos, minimamente, como seria viver o sextech no melhor de seu potencial e em favor do humano e de nossas interações. A tecnologia, em sentido amplo, não só pode nos ajudar a sentir, mas ao contrário, também pode nos anestesiarmos<sup>3</sup>. Este é um incontornável e desafiador problema a ser enfrentado.

Na presente seção, é analisada a reportagem do jornal *El Pais* (2021), intitulada *O que é o “sextech” (o sexo que praticaremos no futuro)?*. Além disso, examina-se a plataforma *Future of Sex*, mencionada na matéria, cuja proposta é agregar produtos e interessados na indústria do “sexo digital”.

Sextech, termo formado a partir da expressão em inglês “technological sex”, ou ainda, de “sexual technologies”, refere-se à adoção de tecnologias digitais da informação e comunicação, dispositivos robóticos, e uma série de gadgets utilizados para a obtenção de

---

<sup>3</sup> É o que Illich (1975, p. 135) chama de “a sociedade da analgesia”.

prazer sexual. Embora, como apontado por Preciado, a adoção de dispositivos com tal finalidade não seja uma novidade, o massivo desenvolvimento da robótica, de tecnologias de IA e o acesso à rede internet, têm ampliado a gama de experiências nesse campo, além de constituir uma verdadeira indústria do sextech.

Nos estudos apresentados no *El Pais*, há um consenso em afirmar que, em 2045, um em cada cinco jovens fará sexo com um robô de forma habitual e que serão mais usuais as relações sexuais entre pessoas e andróides ou gínóides (quando o robô possui a aparência de mulher<sup>4</sup>), do que entre humanos.

O tema merece uma reflexão porque também nos aponta para o impacto da tecnologia nas relações interpessoais e sociopolíticas, envolvendo as definições sobre qual seja a melhor ontologia para descrever o humano e suas interações com outros atores. Uma vez que a linha entre o sexo real e o virtual parece estar condenada a desaparecer, conforme afirmam as pesquisas nesta área, como demarcar o papel da ontologia nesse questionamento da fixidez das posições objetivas e subjetivas? Dessa forma, como pensar alternativas para um mundo que permaneça politizado e não apolítico (governado hegemonicamente por grandes corporações tecnológicas, que passam a regular a vida das pessoas e das sociedades)?

Segundo a reportagem, o sexo do futuro dependerá cada vez mais de dispositivos analógicos e digitais. Essa parece ser uma das rotas inevitáveis da revolução cibernética que vivemos. Bonecas e bonecos em formato humanoide equipados com IA e sistemas operacionais sofisticados serão um dos componentes do sextech. Sem mencionar os brinquedos sexuais “inteligentes”, os trajes hápticos (podem estimular a sensação de impulsos eróticos em qualquer zona erógena do corpo), e a tecnologia *activeskin* (dispositivos microscópicos inseridos na pele humana, próximos dos vasos sanguíneos e dos nervos, capazes de registrar e reproduzir sensações sexuais por meio da IA).

O artigo ainda aponta que outra das frentes em que haverá grande avanço é aquela do sexo remoto, que pode também se associar à realidade aumentada e ao entretenimento imersivo. Aparelhos sexuais poderão nos fazer sentir as carícias de nossa parceira ou parceiro

---

<sup>4</sup> Um debate que não é de menor importância é o quanto essa indústria repete estereótipos de gênero. *A priori*, as tecnologias digitais e robóticas permitiriam extrapolar o binarismo heterossexual. É o que afirma Donna Haraway em *Manifesto Ciborgue* (2020). Se, entretanto, essas possibilidades são trocadas por práticas de afirmação do binarismo, talvez seja necessário lê-las como tecnologias afirmativas de gênero no sentido observado por Preciado, e que serve à manutenção de um sistema produtivo calcado na exploração dessas diferenças. O assunto, embora pertinente, não será abordado de uma forma aprofundada neste artigo como a questão exigiria, mas é preciso mantê-lo no horizonte.

de forma totalmente remota, como também haverá impressoras que permitirão reproduzir de nossa casa suas partes íntimas.

Conforme o citado artigo do *El País* (2021), o sextech,

[...] nos permitirá em apenas uma ou duas décadas explorar universos íntimos ainda difíceis de imaginar... Se a década de 70 do séc. XX trouxe uma nova sexualidade e desafiou tabus, estamos no alvorecer de uma revolução muito maior: uma que se impregnará em nossos lençóis, e mais uma vez com a tecnologia no comando.

Assim, há pesquisadores que já apontam para o grande crescimento dos digisexuais, isto é, pessoas que fazem sexo quase exclusivamente com máquinas (El País, 2021). Sobre os aparatos do sextech e seus usos, ainda não há legislação clara nos países que permita a proibição ou que estabeleça limites para o seu emprego. Várias perguntas podem ser feitas sobre a sua utilização: esses dispositivos poderiam ter finalidade terapêutica? Ou em que medida colocam em risco as conexões humanas? E o possível vício pelo sexo virtual?

Todavia, se os robôs não são os únicos brinquedos sexuais inteligentes que transformarão a vida sexual num futuro próximo, o cientista e um dos futurologistas líderes neste campo, Ian Pearson, está certo de que

[...] depois de algumas sessões em que a máquina tiver aprendido e criado uma biblioteca de sensações sobre o usuário, fazer sexo com um robô equipado com IA será muito mais gratificante do que com qualquer ser humano (Matamoros, 2021).

Por sua vez, a sexóloga Laura Morán, também mencionada na mesma reportagem, contrapõe-se a essa perspectiva e afirma considerar improvável que um robô seja capaz de suprir as necessidades eróticas e afetivas das pessoas. O que parece incontestável é que a tecnologia irá desafiar os limites atuais do prazer:

Uma combinação de IA e tecnologia sexual poderia ter a capacidade de melhorar muito a qualidade de nossos orgasmos. [...] a tecnologia no futuro nos ajudará a controlar problemas como a ejaculação precoce, a aprender mais sobre nosso corpo e a obter clímax personalizados (Matamoros, 2021).

Entretanto, para onde nos conduziria tal regulação do desejo? “O sexo do futuro será altamente gamificado e isso nos posiciona diante do risco de criar cada vez mais padrões em torno de como deve ser a satisfação íntima [...]”, diz Laura Morán (Matamoros, 2021).

A reportagem ainda faz referência à plataforma *Future of Sex*, um sítio da internet que funciona como um hub, um articulador de diversos conteúdos, serviços e produtos relativos

ao sextech. A editora da *Future of Sex* é Jenna Owsianik, uma jornalista sediada em Toronto, no Canadá, que se apresenta como consultora da indústria sextech. O termo “indústria” aqui revela o potencial econômico visado nessa forma de experiência subjetiva mediada pela tecnologia. No próprio sítio a plataforma é apresentada com uma divisão do grupo *Advanced Human Technologies*, um *thinktank* que reúne empresas dedicadas ao desenvolvimento de inteligências artificiais e à formação de lideranças para o mundo digital.

Na página a plataforma define a sua intenção

*Future of Sex* fornece insights sobre o fascinante tópico a respeito do futuro do sexo humano e da sexualidade. Observa como tecnologias biológicas, de interface, da comunicação, e de outros tipos permitem novas expressões da sexualidade humana e respostas individuais e sociais para essas significativas mudanças (Future of Sex, 2022).

Os termos individual e social, da apresentação da plataforma, apontam para aquilo que, a partir de Bruno Latour, pode ser entendido como uma rede de transformações. A subjetividade, tal como entendida na TAR, não se forma de maneira individualista e atomista. As transformações são a um tempo, individuais e coletivas. Mas, avançando, que tipo de produtos são apresentados pela *Future of Sex*?

Na página inicial encontramos os seguintes tópicos disponibilizados: Human augmentation (aumento de capacidades humanas); sexo remoto; sexo virtual e entretenimento; robôs; sextech; encontros e relacionamentos; bazar bizarro. Todas as tecnologias que prometem ampliar as capacidades humanas, ou mesmo substituir a presença do humano em determinadas formas de relacionamento afetivo. Na página inicial ainda se encontra um blog com notícias e artigos relacionados ao sextech. Por exemplo, um dos textos chamado *Programas ou Pessoas?*, de autoria de M. Christian, levanta questões sobre o potencial impacto das inteligências artificiais na indústria (Christian, 2024). Como o título indica e o próprio artigo menciona, o futuro do sexo está atrelado à plataformização do trabalho, ou seja, à absorção da força de trabalho pelas corporações de tecnologia que colocam o trabalhador em uma posição de indeterminação no conjunto das relações produtivas (Dantas *et al.*, 2022).

O *Only Fans* é uma plataforma digital de vídeos conhecida por ser um espaço de venda de conteúdo erótico e pornográfico. O trabalho sexual ali realizado é prestado por indivíduos que utilizam a plataforma para a venda de vídeos e também fotografias. Os consumidores pagam assinaturas para visualizar o conteúdo em valores que variam de acordo com a intenção do próprio trabalhador sexual.

Curiosamente, esses trabalhadores não se entendem como trabalhadores sexuais, mas como produtores de conteúdo. A plataforma lucra com a monetização desse conteúdo, já que é uma das principais mídias que vende conteúdo pornográfico explícito.

No artigo da *Future of Sex* (Christian, 2024) afirma-se que o *Only Fans* pode “consumir lentamente toda a indústria pornográfica porque criadores de conteúdo e estrelas pornô podem fazer mais dinheiro, de uma maneira mais segura, enquanto mantém a autonomia”. Essa plataformação, que tende a se estabelecer mais, haja vista que outras redes como a *Privacy* também têm ocupado este espaço, é apenas uma das faces do sextech.

Por exemplo, na página “robôs”, há uma discussão sobre a possível ligação afetiva de humanos com as inteligências artificiais. No texto “Paixões digitais: como podemos nos juntar com a IA em uma simbiose sexual” (Marsh, 2025) pergunta-se abertamente se parceiros sintéticos podem complementar a intimidade humana ou ao menos dar-lhe outra forma. O artigo cita opiniões especializadas que apontam para as múltiplas formas que a intimidade pode ganhar.

Ponderando os impactos da IA nas relações humanas, a terapeuta sexual Marianne Brandon imagina numerosos cenários, incluindo: “você pode preferir encomendar um amante na realidade virtual, customizando a sua personalidade, o tamanho do seu corpo e seu estilo sexual. Você não tem que se preocupar com as necessidades de um avatar, e ele é sempre um parceiro sexual entusiasmado e engajado. Além disso, quando você fica entediado, você só precisa reprogramá-lo” (Marsh, 2025).

Embora haja um tom otimista em todo o artigo, aponta-se para o caráter sem precedentes da IA na história social e cultural e dos desafios que ela representa. Destaca-se que a simbiose, inclusive sexual, é possível, ou seja, uma ligação profunda afetiva, mas que é necessário manter a capacidade de discernir a conveniência desse tipo de relações. Por fim, o artigo termina com um convite a não se patologizar as relações digitais, ao contrário, a aprender delas, já que a única forma de não se envolver com elas seria esperar que de repente toda essas tecnologias digitais simplesmente desaparecessem. O artigo é assinado por A. R. Marsh, uma sexóloga clínica.

Essa é outra característica marcante da plataforma *Future of Sex*, ela se apresenta como uma comunidade apoiada por seus leitores. Na página *Future of Sex Community*, os leitores são convidados a juntar-se a essa comunidade, inclusive enviando textos. Nessa mesma página, afirma-se que para participar desse debate “você não precisa ser um sexólogo ou futurista”. Nesse mesmo espaço, ainda é apresentada um pouco da sua história.

Lançada em 2011, *Future of Sex* cresceu e se tornou uma publicação líder mundialmente sobre como a tecnologia está mudando a sexualidade humana. Fornece uma cobertura profunda e perspicaz sobre as tecnologias sexuais e suas possibilidades, incluindo robôs sexuais, entretenimento adulto imersivo, ampliação das capacidades humanas, sexo virtual, bem como encontros e relacionamentos (Future of Sex, 2019).

O caráter comunitário da plataforma permite que ela publique massiva quantidade de dados, informações, opiniões especializadas ou não, bem como um contínuo debate sobre o tema.

Nesse debate, é relevante o documento apresentado como *Relatório Futuro do Sexo* (2017). Dividido em cinco grandes áreas, o Relatório apresenta o estado da arte do sextech e as tendências que podem ser esperadas para os anos futuros. Lançado em 2017, algumas das previsões do Relatório já se realizam, embora outras se mantenham no campo da especulação futurista. Por exemplo, não obstante o Relatório afirme que em 2020 se faria regularmente sexo virtual com uso de brinquedos sexuais hápticos (que emulam sensações físicas), essa possibilidade se consolida sem ter se tornado comum. De fato, a tecnologia 3D e a popularização de óculos de realidade virtual permitem hoje experiências imersivas. Já o consumo de brinquedos sexuais hápticos ainda não se tornou popular.

Uma das previsões afirma que em 2027 será possível o uso de interfaces brain-to-brain, que permitirá que parceiros sexuais estimulem um ao outro com o uso de tecnologias implantadas nos próprios cérebros. Curiosamente, ao fazer essa previsão, citam o transumanista Zoltan Istvan.

No campo da ampliação das capacidades humanas, que compõem uma das cinco áreas do Relatório, as tendências apresentadas indicam uma modificação da composição biológica dos organismos humanos. A interface brain-to-brain, já mencionada, seria complementada por implantes geradores de prazer, por uma sexnet das coisas, que permitiria melhorar a saúde sexual dos humanos ao lado de ciborgues sexuais e super-humanos: máquinas e humanos com corpos tecnologicamente customizados.

A plataforma *Future of Sex* oferece então uma perspectiva na qual a indiferenciação entre humanos e máquinas se aprofunda. Claro que o uso das tecnologias de maneira coletiva e responsável permite uma reapropriação da sexualidade, não apenas como experiência profundamente humana, mas como espaço de experimentação afetiva e mesmo ontológica. Entretanto, a lógica da indústria e da capitalização dessa experiência permeia o sextech. O

Relatório, por exemplo, afirma o valor de 1 bilhão de dólares que a indústria da realidade virtual teria para o sextech em 2020.

Ainda que as possibilidades sejam amplas, é necessário manter o olhar alerta conforme indica Preciado. De fato, as modificações tecnológicas da biosubjetividade já são na realidade. O que é preocupante é o quanto essas transformações podem servir aos interesses dos donos do poder, o que se observa no interesse da extrema direita nessas tecnologias do melhoramento humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste cenário, a presente pesquisa deixa uma questão ao invés de uma solução: como pensar as formas de constituição do sujeito humano e suas relações? Estaríamos “desumanizando” o sexo e as relações humanas, ou mais ainda, como preservar e desenvolver a capacidade humana de conexão afetiva interpessoal?

O debate acima apresentado nos indica dois caminhos de repercussões ontológicas. Por um lado, a partir de Preciado e Latour, se pode identificar uma espécie de condição “impura” do sexo. Nunca exclusivamente orgânico, é uma dimensão da subjetividade que se realiza sempre através das redes técnicas que o sustentam. Mas, em sentido oposto, há algo do sextech que revela uma mudança de paradigma na construção dos afetos e na negociação dos desejos. O “negócio” do sextech, em alguma medida, tem seu futuro financeiro traçado: se há uma farmácia em cada esquina dos nossos centros urbanos (recordando que a indústria farmacêutica, a da pornografia e da guerra são as mais rentáveis da atualidade), do mesmo modo o sextech “ganhará em volume e popularidade”.

O que fica claro é que se trata de um fenômeno indissociável da maquinaria política e econômica do capitalismo. Por exemplo, Zoltan Istvan, um transumanista norte americano, segundo a reportagem mencionada de *El País* (Matamoros, 2021), teria alertado sobre a possibilidade de os cientistas conseguirem reproduzir no cérebro, com o uso de chips ou capacetes, a sensação de orgasmos ou carícias. Seria o fim do sexo como conhecemos<sup>5</sup>. A revolução científica também serve ao princípio do lucro e da exploração.

---

<sup>5</sup> Por isso, vale destacar que a posição política de alguns transumanistas é filiada a perspectivas da extrema direita. Este é um sério ponto a ser considerado, sobretudo quando as formas políticas contemporâneas cada vez mais se caracterizam pelo enfraquecimento do Estado de bem estar social, pela contestação da própria forma do Estado nacional moderno, e pela emergência da atuação das grandes corporações de tecnologia com verdadeiros poderes paralelos que questionam e interferem na soberania dos Estados nacionais. Recentemente,

Para além destas questões que não puderam ser esgotadas aqui, parece ficar claro que uma ontologia que entende o humano e suas dimensões sob o paradigma do sujeito, não dá conta dos desafios que o sextech revela e impõe. Onde termina e onde começa o gozo e o afeto do sujeito frente à máquina? Na realidade, a máquina parece desempenhar um tipo de agenciamento subjetivo que precisa ser considerado na ontologia e do qual não se fez ainda uma descrição exaustiva.

Se a morte do sexo pele humana à pele humana pode sinalizar a falsa ruptura entre natureza e cultura, porém, ela também nos interpela sobre o *locus* a ser atribuído à invenção de uma possível e urgente tecnologia afetiva. Nessa rede, importa notar que ontologia e política não se separam. Há uma pressuposição ontológica na comercialização dos afetos que implica uma mudança na forma pela qual os humanos se relacionam. Descrever isso, forjar conceitos, possibilitar uma gramática para esses modos de ser, se torna um imperativo cada vez mais patente.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Quando a vida é passível de luto? 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

CHRISTIAN, M. Programs or People? OnlyFans Analysis Raises Questions About AI’s Potential Impact on the Industry. **Future of Sex**. 19 de outubro de 2024. Disponível em <https://futureofsex.net/virtual-sex-entertainment/programs-or-people-onlyfans-analysis-raises-questions-about-ais-potential-impact-on-the-industry/>. Acesso em 01 de dez. 2024.

---

com a reeleição de Trump, Elon Musk e Mark Zuckerberg abertamente decidiram não fazer nenhuma moderação mais dos conteúdos publicados nas suas redes. É isso uma das faces daquilo que o economista grego YannisVaroufakis (2024) tem chamado de tecnofeudalismo. Ao abordarmos as implicações ontológicas do sextech, não podemos desconsiderar as variáveis econômicas e biopolíticas. Como afirma Zizek (2024), não se pode apenas fazer um apelo rápido à afirmação de que sempre fomos híbridos e tecnológicos, embora isso seja em grande medida verdade. Importa notar que as grandes corporações tecnofeudais são hoje detentoras desse poder de hibridização. A questão, então, para além da tecnologia em si mesma, é entender quem tem poder sobre o seu uso e como os coletivos podem se reapropriar desse poder a despeito dos interesses econômicos corporativos.

DANTAS, Marcos *et al.* **O valor da informação.** De como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022.

DI FELICE, Massimo. **A cidadania digital.** A crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2020.

**FUTURE OF SEX (2022).** (Plataforma Digital). Disponível em <https://futureofsex.net>. Acesso em 01 de dez. 2024.

HARAWAY, Donna. **Manifiesto ciborg.** Madrid: Kaótica Libros, 2020.

ILLICH, Ivan. **A expropriação da saúde.** Nêmesis da medicina. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora.** Ensaio sobre a realidade dos Estudos Científicos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação.** Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** Ensaio de antropologia simétrica. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019a.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza.** Como associar as ciências à democracia. São Paulo: Editora Unesp, 2019b.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social.** Uma introdução à Teoria do Ator-Redes. Salvador, São Paulo: Edufba, Edusc, 2012.

MATAMOROS, Itziar. O que é “sextech” (o sexo que praticaremos no futuro)? *El País*, Espanha, 02 Jan 2021. Sociedade. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedad/2021-01-02/o-que-e-sextech-o-sexo-que-praticaremos-no-futuro.html>. Acesso em: 01 de jun. de 2024.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual.** Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo Junkie.** Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

VAROUFAKIS, Yanis. **Technofeudalism.** What killed Capitalism. New York City: Vintage Books, 2024.

ZIZEK, Slavoj. **Sexo e o absoluto fracassado.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2024.